

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE – UNI-BH

AMANDA ZACARIAS MARINHO

**ALEMANHA REUNIFICADA: SEU DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

Belo Horizonte

2010

AMANDA ZACARIAS MARINHO

**ALEMANHA REUNIFICADA: SEU DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Belo Horizonte como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Mestre Alexandre César Cunha Leite

Belo Horizonte

2010

ALEMANHA REUNIFICADA: A TRAJETÓRIA DE SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Amanda Zacarias Marinho¹

Alexandre César Cunha Leite²

RESUMO

O artigo pretende ilustrar a trajetória do desenvolvimento econômico alemão desde a sua reunificação até atualmente, mostrando como se deu a superação econômica da Alemanha. Serão traçados os contornos histórico-econômicos de tal trajetória, tendo como prerrogativa o modelo alemão de capitalismo coordenado que possibilitou a reestruturação social e econômica da Alemanha. Desde o período pós- guerra com o auxílio dos Estados Unidos, em seguida com a adoção do ordoliberalismo alemão, posteriormente com a Economia Social de Mercado e, por fim, o Capitalismo Coordenado, o estado alemão estabeleceu as bases para uma reunificação exemplar pautada na equalização dos níveis sociais, econômicos, de desenvolvimento industrial, e, de colaboração entre empresas, trabalhadores e sindicatos. E, colaborando com a integração regional de sua região, já que a favorecia economicamente. Buscar-se-á demonstrar o porquê da Alemanha ser essa grande potência na União Européia e no mundo atual.

Palavras-chave: Alemanha, Reunificação Alemã, Desenvolvimento Econômico alemão

INTRODUÇÃO

[...] as massas não mais a gritarem “*Wir sind das Volk*” (Nós somos o povo), mas, sim, “*Wir sind ein Volk*” (Nós somos um povo) ou “*Deutschland einig Vaterland*” (Alemanha pátria unida). Essa inflexão para o nacionalismo revelou, nitidamente, que os alemães orientais clamavam (...) pela reunificação da Alemanha. (BANDEIRA, 2000, p 168)

A Alemanha, perdedora das últimas duas guerras mundiais, encontrava-se devastada economicamente, tolhida de seus direitos militares, de exercer politicamente sua soberania segundo Vaisse (2004). A mesma Alemanha símbolo de poder, pouco tempo antes, era

¹ Graduanda do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni - BH). E-mail: amanda_z_marinho@yahoo.com.br, amanda.zacarias@gmail.com.

² Economista, Mestre em Economia Política (PUC/SP), Pós-Graduado em Relações Internacionais (PUCMINAS) e Doutorando em Ciências Sociais (PUC/SP). E-mail: cunha.bhz@terra.com.br; alexccleite@gmail.com.

dividida pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, reconduzindo e reordenando uma nação em dois países, que ainda viviam sob a mácula do fascismo de acordo com Hobsbawm (1995). Do lado capitalista, a República Federal da Alemanha (RFA)³, que será tratada de modo mais aprofundado no texto e, do lado socialista, a República Democrática da Alemanha (RDA).

Mesmo diante de um cenário nada favorável, a República Federal da Alemanha volta a crescer com um ímpeto impressionante, por meio de pacotes econômicos de recuperação europeus do pós-guerra tais como o Plano Marshall e o Sistema Bretton Woods.

Nas décadas que se seguiram desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a reunificação ocorreu o aprofundamento do Estado de bem-estar social alemão através da Economia Social de Mercado (ESM), ampliando a participação dos trabalhadores nos sindicatos e associações empresariais, nas instâncias decisivas das empresas e aumentando a relação de cumplicidade com os bancos e indústrias, de acordo com Guimarães (2006). Ainda neste período, é instituído o modelo capitalista alemão, que muito contribuiu para recuperação econômica durante a reunificação.

Após a queda do muro de Berlim em 1989, inicia-se um novo movimento na Alemanha, isto é, o de reunificação de duas nações em um só país. O desafio de reerguer uma nação alemã unida, com os mesmos níveis sociais, de educação, de desenvolvimento de seu parque industrial e moeda são novos valores a serem observados atentamente.

Nos anos 2000 a 2009, a Alemanha continua a movimentar o seu modelo de capitalismo diante das dificuldades contemporâneas, nos arranjos geopolíticos e situações de crise mundiais.

O objetivo deste artigo é compreender os movimentos econômicos que possibilitaram a superação econômica alemã atual através de uma reestruturação completa do país em análise, pautando em uma nova ordem econômica e social.

Entender como se deu o processo de superação econômica alemã é importante a fim de que se possa compreender que existem diferenças da adoção de seu modelo de capitalismo perante o modelo de capitalismo norte-americano (em crise atualmente).

O artigo está dividido da seguinte forma: primeiramente, se conceituará desenvolvimento econômico, seus limites e diferenças com o crescimento econômico com o objetivo de demonstrar que a superação econômica alemã ocorre aliada ao desenvolvimento social de sua nação. Depois, serão abordados os antecedentes históricos e econômicos do

³ Será considerado em todo texto o termo Alemanha como República Federal da Alemanha (RFA).

ocorrido no pós-guerra até a reunificação, a fim de demonstrar as bases históricas e econômicas para o modelo capitalista alemão atual. Em seguida, se traçará a evolução econômica da Alemanha desde a sua reunificação até o momento da crise mundial de 2009.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ALEMÃO

Para se analisar o caso alemão de superação econômica após sua reunificação, faz-se necessário uma explicação mais aprofundada dos conceitos de desenvolvimento econômico e de suas características fundamentais. Com base nesses aspectos se conceituará o termo desenvolvimento econômico tido como base para elaboração do artigo.

Num primeiro olhar, não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento econômico. Existem, a priori, duas correntes de economistas de acordo com Souza (2005). Uma primeira de inspiração mais teórica, que considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Outra, resguardando uma realidade mais empírica que entende o crescimento como uma condição indispensável, mas não única, ao desenvolvimento.

Diante destes dois pensamentos surgem alguns modelos. O primeiro deles acredita que a acumulação de capital é prerrogativa para avaliação da condição econômica e social em todos os países.

A idéia é de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico. Contudo a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população.
(SOUZA, 2005, p. 5)

Souza (2005) diz que mesmo que ocorra um crescimento econômico relativamente alto, não significa que haverá um reflexo na economia em todos seus aspectos gerando desenvolvimento em todos os âmbitos, ou seja, beneficiando ao conjunto inteiro da população, por exemplo. Diante disto, pode-se enumerar, segundo Souza (2005), alguns aspectos negativos referentes a um crescimento econômico:

1. Transferência do excedente de renda: A movimentação deste excedente para o exterior diminui a capacidade de importação e de investimento do país de origem da produção de um determinado produto e serviço, assim como facilita a concentração da renda e riqueza nas mãos de poucos;

2. Salários baixos são limitadores do crescimento dos setores voltados para a faixa mais carente da população.

3. Limitação ao implantar atividades interligadas às empresas em pleno crescimento, que exportam e importam e atuam no mercado interno.

Ainda se tratando da diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, de acordo com Souza (2005), outro aspecto refere-se à forma de enxergar seu reflexo na qualidade de vida das pessoas. Em primeiro lugar, o crescimento seria correspondente à variação quantitativa de um produto determinado e, posteriormente, o desenvolvimento trataria das mudanças qualitativas no cotidiano da população, de suas instituições e estruturas na cadeia produtiva.

Sabe-se, então, que o desenvolvimento seria a “transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna”⁴ (SOUZA, 2005, p. 6), em sintonia com as melhorias na qualidade de vida de uma dada população em oposição ao crescimento econômico que trata de fatores estritamente econômicos.

O desenvolvimento pode ser ainda analisado sobre a vertente estruturalista, já que “implica mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria de produtividade e da renda média da população” de acordo com Souza (2005, p. 6).

Diante do exposto, o conceito de Desenvolvimento Econômico será tratado ao longo deste artigo como a existência de um crescimento econômico contínuo superior aliado ao crescimento demográfico em menor escala, envolvendo modificações de estruturas e melhorias nos indicadores econômicos, sociais e ambientais.

Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente. Com o desenvolvimento, a economia adquire maior estabilidade e diversificação; o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se progressivamente fatores endógenos, isto é, gerados predominantemente no interior do país, embora a integração internacional constitua um processo gradativo e irreversível.
(SOUZA, 2005, p. 7)

Mesmo com um significativo aumento da participação no comércio internacional ocorre um simultâneo aumento do mercado interno na economia devido a uma redução gradual da população abaixo da linha da pobreza, elevando os salários, a renda e o dinamismo econômico.

⁴ Conforme Souza (2005), o termo economia arcaica (abrangente da economia tradicional e de subsistência) deve ser compreendido como o responsável pela produção do consumo corrente e de consumo próprio de certa família ou população, com um baixo emprego de capital e tecnologia e, ainda, voltados prioritariamente para o mercado interno. Em oposição a isto temos a economia moderna na qual ocorre um alto emprego de capital e tecnologia e nem sempre voltado exclusivamente para o mercado interno.

Conclui-se que, para ocorrer um crescimento econômico, faz-se necessária a superação do crescimento demográfico com o auxílio da expansão de empregos e aumento da arrecadação pública, a fim de que o Estado possa voltar os seus gastos sociais para a parcela da população mais carente. Assim, “há melhoria dos indicadores sociais, incluindo melhores níveis educacionais e de consciência ambiental.” conforme Souza (2005). Na continuidade deste pensamento, o aumento da renda *per capita*⁵ (renda nacional/população nacional) sobe no longo prazo.

Os indicadores econômicos de desenvolvimento que levaremos em conta neste artigo serão índice de desenvolvimento humano (IDH)⁶, índice de analfabetismo, a taxa de expansão das exportações e produto interno bruto (PIB) *per capita*.

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E ECONÔMICOS À REUNIFICAÇÃO

Em Setembro de 1945 emerge uma nova ordem mundial no mundo, a “Era das Superpotências”. Segundo Vaïsse (2004) o declínio da influência política, econômica e cultural do Velho Mundo deu lugar aos mundos extra-europeus. Os verdadeiros vencedores são os Estados Unidos da América e a União Soviética. Ambos buscam aumentar sua projeção internacional e seu poder de influência político, social e econômico. No entanto, estas duas potências não compartilhavam dos mesmos ideais políticos e econômicos. De um lado, o ideal capitalista representado pelos americanos tanto na Europa como na Ásia e África e, de outro lado, o ideal socialista reforçado pelos russos no leste europeu e no Médio Oriente, conforme Hobsbawn (1995). Diante de diferenças ideológicas e políticas se inicia uma nova era denominada “Guerra Fria”.

O destino da Alemanha em relação a sua ocupação fora decidido na Conferência de Ialta, meses antes do fim da guerra, na qual a Alemanha seria ocupada pelos exércitos das três grandes potências (Estados Unidos da América, União Soviética e Inglaterra). Segundo Raimundo (2009), a França foi aceita, posteriormente, pelo Stalin, graças à intervenção americana e inglesa, como potência ocupante sendo que sua zona de ocupação seria subtraída

⁵ Nessa análise de desenvolvimento é importante saber como a Renda *per capita* é distribuída na população e se as razões para o crescimento são mensuradas com a construção de casas populares, armamento militar, aumento das horas de trabalho ou maior produtividade. Só o aumento de renda por si só não é um aspecto necessariamente favorável de acordo com Souza (2005).

⁶ IDH: Índice de Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Mede o índice de desenvolvimento dos países e é calculado pela média simples de 3 componentes: longevidade, educação e nível de renda segundo Souza (2005).

das zonas de Churchill e Roosevelt

Mesmo sendo a grande perdedora, a “Alemanha sai da Segunda Grande Guerra com um grau de destruição de suas estruturas físicas inferior ao de vários países que participaram do conflito bélico.” segundo Raimundo (2009, p. 7). Diante de um panorama nada favorável de grandes baixas humanas e materiais e, também de uma política declarada de desmonte e transferência de sua indústria no período logo após o fim dos conflitos pelos soviéticos, ela conseguiu manter algo por volta de 80% da estrutura industrial quase intacta ou pouco avariada.

Em maio de 1945, pouco mais de 20% do parque industrial da Alemanha estavam destruídos, mesmo no Ruhr, onde grande parte do bombardeio aliado tinha se concentrado, dois terços das fábricas e da maquinaria sobreviveram, intactos.
(JUDT, 2007 *apud* RAIMUNDO, 2009, p. 8).

Aliado a isto, pouco depois da fase mais conturbada do pós-guerra, o país testemunhou o levante de uma população qualificada, apta e em abundância para o trabalho e uma grande reserva de carvão. Em seguida, ocorre a sua divisão do território das zonas de ocupação de fato pelos vencedores da guerra.

Mesmo diante desses elementos que facilitavam a reestruturação da Alemanha não se pode afirmar que esta já se encontrava pronta para sua recuperação, uma vez que faltava o mais essencial: o Estado Alemão. Tal estado tinha sofrido sanções com ao fim da guerra por parte das nações vencedoras, tolhendo assim sua soberania como tomador de decisões e de gerência de seu país.

A Alemanha, como nação derrotada, não teve como manter em pé seu elemento de força histórico, desde a unificação, em 1870: um Estado forte e centralizador, organizador do espaço econômico e promotor dos movimentos estratégicos de centralização do capital e de construção da “via prussiana” de estreita relação entre bancos e indústrias.
(RAIMUNDO, 2009, p. 8-9)

Tal Estado seria responsável pela organização social, do cumprimento de normas, contratos, respeitando a propriedade privada e determinando como funciona o mercado segundo Raimundo (2009).

E, deste modo, se deu o apoio dominador norte-americano, sendo um pouco diferente do ocorrido no período entre guerras anterior, com os EUA desempenhando o papel de Estado regulador e reestruturador dos países vencidos, aplicando sempre que possível o modelo liberal. E foi somente devido à submissão alemã aos EUA que sua recomposição quase que imediata foi possível.

Na ausência do Estado forte, foi pela submissão aos desígnios da hierarquização norte-americana que a Alemanha se recompôs no período do imediato pós-Grande Guerra. Essa tutela é decisiva para se entender os rumos da sociedade alemã pelo menos até o início do período de dificuldades para a hegemonia norte-americana, qual seja, o final dos anos 1960.
(RAIMUNDO, 2009, p. 9)

O sistema monetário internacional, de acordo com Vaïsse (2004), colocado em prática no fim da guerra havia se mostrado insuficiente. Então em 1944 realizou-se a Conferência monetária de Bretton Woods⁷, e, nela se optou pelo regresso ao *Gold Exchange Standard*. Transformaria assim o dólar na moeda padrão do sistema monetário internacional, já que os americanos eram possuidores de 80% do ouro do mundo e único país apto a assegurar a conversão de sua moeda em ouro.

Em junho de 1947, um projeto maciço para recuperação européia denominado Plano Marshall⁸ foi lançado pelos EUA com intuito de auxílio à Europa, de espalhar a ideologia capitalista liberal e de se afirmar naquele território segundo Hobsbawn (1995).

Em 1948, com a adoção do marco alemão (DM), e nove anos depois com a fundação do Bundesbank, o banco central alemão e uma instituição-chave nos anos seguintes, criou-se bases para estabilidade na economia da Alemanha. Aquele era, fundamentalmente, um banco central independente e tinha como propósito o combate à inflação, conforme Raimundo (2009).

Diante deste início um pouco conturbado, e ao se refletir qual seria de fato a política econômica seguida pelos alemães até aquele presente momento. E analisando sua história, a luz de Raimundo (2009), sabe-se que foi o ordoliberalismo alemão⁹, responsável pelo milagre econômico nas duas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, considerado por alguns como uma terceira via diante do comunismo e do liberalismo puro.

Este pensamento apresentava uma doutrina econômica suficientemente tipificada aos primeiros responsáveis políticos alemães [...]. Eles viam aí o meio de conciliar as aspirações da população, que se traduzirá mais tarde no slogan "*Prosperidade para Todos*" (*Wohlstand für alle*), com a firme vontade dos EUA em fazer da Alemanha um bastião do liberalismo.
(COSTA, 1999, p.15)

⁷ O sistema Bretton Woods por sua vez buscava equilibrar a liberdade dos estados na sua busca pelos objetivos econômicos internacionais à medida que a ordem monetária era baseada em taxas de câmbio fixas de acordo com Ramos (2009).

⁸ O Plano Marshall tinha como objetivo num plano ao longo de quatro anos, segundo Vaïsse (2004, p.26), "apoiar a recuperação econômica da Europa, favorecendo uma unificação de esforços, o que fortaleceria também a resistência ao comunismo".

⁹ Essa corrente buscava a criação de meios para uma livre concorrência aliada ao auxílio da mão reguladora estatal e sendo assim teria como base as regras usuais do liberalismo (propriedade privada, liberdade contratual num quadro econômico garantido pelo Estado) além de: uma política monetária independente; controle dos cartéis e monopólios; o abandono do protecionismo, uma política econômica estável e previsível; uma imposição restritiva e a correção das reações anormais dos mercados dito em Costa (1999).

O ordoliberalismo garantia uma fonte automática de riqueza, melhor vida material e espiritual à medida que os mercados funcionavam livremente auto-regulados por suas próprias regras de acordo com Costa (1999). Tal tendência econômica e decorrente reconstrução foram oriundas de um Estado provedor necessário que viria a se desenvolver como “fruto desta convergência econômica” Costa (1999, p. 16). Era necessário um Estado que pudesse garantir o mínimo de subsistência a milhões de pessoas numa situação alarmante de fome, pobreza, maus tratos, papel atribuído à economia ordoliberal (COSTA, 1999) É somente na década seguinte que podemos falar do surgimento de outro movimento na economia alemã para se entender o desenvolvimento da RFA: a Economia Social de Mercado (ESM)¹⁰.

De acordo com Raimundo (2009) sobre a ESM, o mercado dá origem a uma ordem social estável, cujo bom funcionamento deve ser garantido pelo Estado, preservando-se a estabilidade monetária e a livre-concorrência.

Esses resultados foram alcançados ao lado de indicadores sociais também muito positivos: salários elevados, distribuição de renda entre as melhores do mundo desenvolvido, taxas de pobreza e criminalidade muito baixas, um abrangente *Welfare State* e desemprego praticamente nulo.
(GUIMARÃES, 2006, p.24)

Tal período de imensa prosperidade nas décadas de 50 e 60 legitimou a ESM, já que permitiu a rápida inclusão dos milhões de refugiados dos antigos territórios alemães, amenizou significativamente as diferenças de classes e deu ao povo o que ele precisava: estabilidade para crescer e o silêncio com respeito ao passado próximo.

Tal crescimento vem acompanhado da reestruturação de esquemas de seguro-desemprego, proteção previdenciária e assistência à saúde que igualam ou superam, em pouco tempo, os programas similares de países como Suécia e França.
(RAIMUNDO, 2009, p. 7)

Podem-se elencar alguns fatores que favoreceram tal desenvolvimento econômico conforme citou Guimarães (2006), tais como o uso de tecnologia e técnicas organizacionais disponíveis em países mais desenvolvidos economicamente (como os Estados Unidos que a auxiliaram neste processo através do Plano Marshall) e ainda a sua relação privilegiada com este mesmo país, uma vez que os mesmos eram responsáveis pela manutenção da segurança e defesa alemãs os deixando livres para preocuparem-se somente com a economia.

A Alemanha mostrou nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, um positivo desenvolvimento econômico e social conforme elucida Guimarães.

¹⁰ Nas palavras de Müller-Armack, no início da era da reconstrução, o Estado providência foi o fruto do crescimento. A partir de 1960, o governo de Adenauer adotou um conjunto de disposições que reforçaram os fundamentos do Estado social: as reformas em favor dos expulsos e dos refugiados, subsídios de habitação, seguros de doença e regulamentação acrescida do mercado de trabalho. (COSTA, 1999, p. 16)

A Alemanha apresentou nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial uma performance econômica muito favorável: a taxa de crescimento anual foi de 8,2% entre 1950 e 1960 e de 4,4% entre 1960 e 1973 (Coates, 2000:05¹¹). A produtividade também subiu significativamente: 5,9% ao ano entre 1950 e 1973. Apesar do seu tamanho limitado, a Alemanha tornou-se o maior país exportador do mundo, com uma pauta muito diversificada, demonstrando capacidade de competição em vários setores. Esses resultados foram alcançados ao lado de indicadores sociais também muito positivos: salários elevados, distribuição de renda entre as melhores do mundo desenvolvido, taxas de pobreza e criminalidade muito baixas, um abrangente *Welfare State* e desemprego praticamente nulo. (GUIMARÃES, 2006, p. 23)

Mas nada disso teria sido efetivo se a Alemanha não tivesse conseguido expandir seu capitalismo através dos mercados internacionais. Então aliado ao progresso anterior o movimento europeu de alinhamento toma forma, segundo Guimarães (2006), as “iniciativas de integração européia representaram grande estímulo às exportações”

O gráfico a seguir mostra a evolução da participação da Alemanha no montante mundial de exportações desde o pós Segunda Guerra até a década de 1990. Podemos notar um crescente aumento e manutenção de sua participação num mesmo patamar.

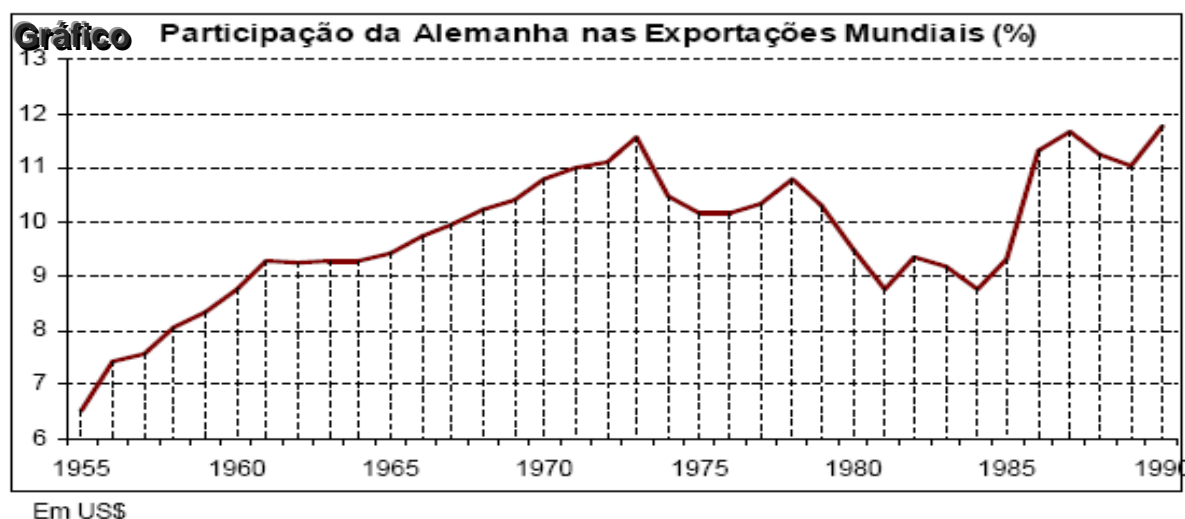


Gráfico 1: Participação em percentual da Alemanha nas Exportações Mundiais antes da Reunificação.
Fonte: UNCTAD *apud* MENDES e PEDROTI (2009) ¹²

A ESM estabilizou-se durante tanto tempo devido primordialmente a quatro pilares internos segundo Raimundo (2009):

[...] mecanismo de cogestão entre trabalhadores e patrões dentro das empresas, a ampla rede de proteção social estabelecida no pós-guerra e ampliada seguidas vezes desde então, a estreita relação banco-indústria, herança do século XIX, e a internalização de um sistema nacional de inovação voltado à contínua melhoria da qualidade da mão de obra e ao constante desenvolvimento tecnológico. (RAIMUNDO, 2009, p 12)

¹¹ COATES, David. **Models of capitalism: Growth and stagnation in the modern era.** Oxford: Polity Press, 2000.

¹² United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). 2009. Banco de dados.

A economia da Alemanha seguiu o seu caminho para um crescimento social ainda maior e finalizou as reformas sociais das décadas anteriores. Na década de 1970, floresce de fato o estado provedor e apesar das crises do petróleo “tentou se preservar as conquistas sociais [...], através de ambiciosos programas em favor do investimento, da formação e da pesquisa-desenvolvimento” segundo COSTA (1999). Essa manutenção elevou os déficits estatais. E o medo diante da crise fez com que a luta pela distribuição da renda voltasse novamente ao primeiro plano dando continuidade ao modelo de regulação de sindicatos.

Na década seguinte, o bom desempenho das exportações nos anos 80, estimulado pelo câmbio favorável, mascarou as dificuldades, e ao longo de toda a década foi feita uma política mais criteriosa.

Durante toda a década de 80, a sua política foi orientada para uma prudente redução dos déficits públicos, requerendo uma consolidação do Estado social e uma redução do intervencionismo do Estado. Privatizações e desregulamentações sucediam-se a um ritmo constante.
(COSTA, 1999, p. 18)

Com o choque da reunificação, a Alemanha Oriental viu seu quadro econômico se agravar, devido à incorporação dos trabalhadores do leste no oeste, aumentando significativamente o desemprego e os gastos com o Welfare State, conforme Guimarães (2005).

3. A REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SEU PROCESSO DE REUNIFICAÇÃO E MODELO ECONÔMICO

A República Federal da Alemanha (RFA) é uma república federativa, parlamentar e democrática e, desde sua reunificação em 1990 é constituída por 16 estados federados com constituição, parlamento e governos próprios segundo Ministério das Relações Exteriores (2005). É o país mais populoso da Europa, principal potência econômica da União Européia e a quinta maior potência mundial quando é considerada a Paridade do Poder de Compra¹³. Ainda, é a quarta maior economia no mundo com um PIB em 2008 de € 2,491 trilhões¹⁴.

¹³ A PPC mede quanto é que uma determinada moeda pode comprar em termos internacionais (normalmente dólar), já que bens e serviços têm diferentes preços de um país para outro, ou seja, relaciona o poder aquisitivo de tal pessoa com o custo de vida do local, se ele consegue comprar tudo que necessita com seu salário, conforme SOUZA, 2005.

¹⁴ Organização Mundial do Comércio (OMC), 2010. Base de dados. Disponível em <http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBViewData.aspx?Language=E>. Acesso em 17 jun. 2010.

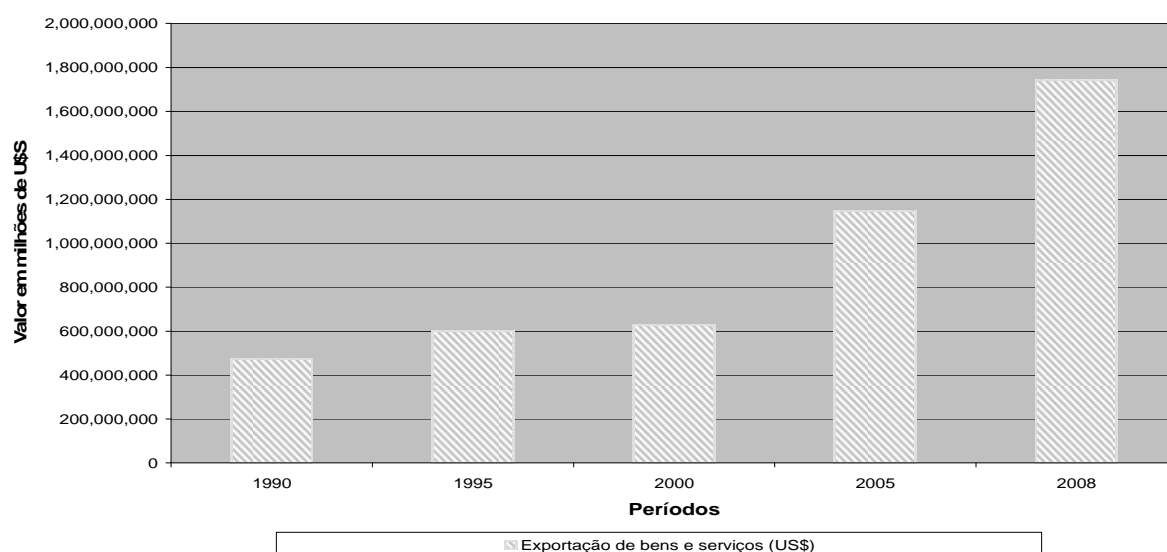
Membro do GATT desde 1951¹⁵ participa ativamente das regulamentações comerciais dentro da OMC.

A exportação de bens produzidos na RFA é um dos principais fatores de sua riqueza. O setor de serviços contribui com 70% do PIB, a indústria 29,1% e a agricultura 0,9%. A Alemanha é destaque nas tecnologias de meio ambiente¹⁶ mostrando a sua preocupação de desenvolvimento de modo sustentável.

Era o maior exportador mundial desde 1986 segundo Mendes e Pedroti (2009). Mas, desde o primeiro semestre de 2009, é o segundo maior exportador mundial - seu volume de exportação corresponde a 47% do PIB - atrás somente da China¹⁷. Segundo Lohbauer (2000) “A Alemanha se caracteriza por ser um poder comercial e civil. Seu papel na economia mundial é o de nação exportadora”.

O gráfico a seguir, referente ao volume de exportação após a reunificação alemã, reflete o crescente aumento desde a década de 1990 do montante exportado por parte deste país.

Gráfico 1 - Alemanha segundo volume de exportação após Reunificação



Fonte: Banco Mundial, 2010. Disponível em <<http://databank.worldbank.org>>. Acesso em 15 de jun. 2010.

Para a RFA e RDA a sua reunificação significou a “modificação geopolítica de posição marginal que ocupou durante o período da Guerra Fria” (PFETSCH, 1997, p. 179). A Alemanha reunificada conseguiu retomar sua posição central de liderança e de influência na Europa.

¹⁵ GATT: General Agreement on Tariffs and Trade.

¹⁶ É o maior produtor de turbinas eólicas e tecnologia solar do mundo de acordo com o Ministério das Relações Exteriores (2005).

¹⁷ Conforme a Organização Mundial do Comércio (OMC), vale ressaltar que a China ultrapassa a Alemanha somente no volume de exportação e não na qualidade dos produtos referente a 2009.

Depois da queda do muro em 1989, o chanceler da Alemanha Ocidental propôs a reunificação das duas Alemanhas. Foram necessários, ainda, onze meses até a reunificação ser concluída. Esta satisfaz a vontade dos cidadãos de ambos os Estados alemães e, pela primeira vez em 40 anos, existia uma só bandeira, um só hino nacional e um só Estado para oitenta milhões de alemães, segundo Väisse (2004, p. 220).

Em maio de 1990, foi negociado o acordo de adesão monetária e união econômica “entre aqueles dois Estados, estendendo o domínio do *Deutsche Mark* ao território da RDA”, conforme Bandeira (2000). As negociações entre ambas as Alemanhas resultou no Tratado de Unificação.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2005), em setembro de 1990, a negociação entre RFA e RDA gerou o “Tratado Dois mais Quatro”¹⁸, que tratava das condições de política interna e exterior e da unificação da Alemanha frente aos Aliados, responsáveis pela Alemanha e por Berlim – EUA, URSS, Inglaterra e França. Tal tratado declarou a plena independência do Estado alemão reunificado.

Em outubro de 1990, não mais existia a República Democrática da Alemanha e, sendo assim, os alemães do leste e do oeste são unidos numa única nação. A reunificação das “Alemanhas” seria algo muito custoso, no entanto, impossível de se dar de modo mais gradual. “A reunificação, segundo as estimativas, custaria, inicialmente, o montante de DM 10 bilhões a DM 125 bilhões, mas DM 140 bilhões, em 1991, e cerca de DM 100 bilhões por ano, subseqüentemente, até 1996 ou 1999”, segundo Bandeira (2000, p. 170).

Surgem problemas com a reunificação, segundo Bandeira (1999). A Alemanha oriental encontrava-se muito atrás de seus vizinhos e inclusive de seu irmão ocidental. A reunificação significou desemprego para a parte ocidental que recebeu um grande volume migratório do oriente. Mas com o reconhecimento pela ONU dessa nova Alemanha, possibilitou-se o aumento de investimentos estrangeiros.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (2005), diante do panorama da queda do muro, do desmoronamento da Cortina de Ferro entre o leste e o oeste da Alemanha, esta surge como uma força inabalável. No fim de novembro de 1990, os Estados membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Pacto de Varsóvia assinaram um tratado na Conferência para Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), o que seria o

¹⁸ “Tratado 2 + 4”: Trata-se da “regulamentação definitiva com relação à Alemanha”, de 12 de setembro de 1990, que foi assinada em Moscou entre os dois Estados alemães e as quatro potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial (França, Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos), para garantir a unidade alemã em termos de política exterior. Através desse acordo foi restaurada a soberania plena da Alemanha. As fronteiras externas alemãs foram reconhecidas como definitivas, com a renúncia às exigências territoriais da Alemanha. (BANDEIRA, 2000).

primeiro acordo de desarmamento dos exércitos convencionais. Tal documento declara que “uma nova era de democracia, paz, e unidade”¹⁹ teria se iniciado. Deste modo, a declaração realizada na cúpula, quase um ano da Queda do Muro de Berlim, deu por acabado o conflito leste-oeste e com isso o fim definitivo da guerra fria.

A nova RFA, após a reunificação, travou uma época de grandes desafios, seja no âmbito interno ou no externo, com o seu novo papel na Política externa. A Alemanha sofria com grandes expectativas em relação ao país, pois tinha alcançado o objetivo de reunificação e também de desenvolvimento global, conforme o Ministério das Relações Exteriores (2005).

Deste modo, o país em questão tornou-se o centro das atenções político-mundiais da noite para o dia de acordo com o Ministério das Relações Exteriores (2005, p. 74). A Política Externa Alemã (PEA) se baseava nas idéias de continuidade e confiabilidade através da cooperação e equilíbrio de interesses. Os pontos primordiais que orientam a PEA consistem na integração da RFA numa Europa cada vez mais unificada, consolidando, assim, o vínculo com a OTAN, com a ONU e com a UE. Deste modo, o anseio em se manter boas relações com os seus vizinhos, a Parceria Transatlântica²⁰ e a integração europeia fizeram com que se consolidasse cada vez mais a política externa alemã.

A reunificação tinha como desafio igualar RDA e RFA no parâmetro econômico e de desenvolvimento. Isto somente aconteceria quando ocorresse a “Transplantação no atacado de todas as instituições da Alemanha Ocidental para a antiga Alemanha Oriental”, segundo Mendes e Pedroti (2009). As medidas adotadas passariam por vários campos como a equalização dos salários em 10 anos através de uma política trabalhista, as políticas do ESM deveriam ser transferidas completamente para RDA, o que geraria um alto custo para os cofres da RFA, responsável financeiramente por tal reunificação. O marco alemão do lado ocidental e oriental seria equiparado, aumentaria o processo de privatizações e o Estado daria apoio financeiro às empresas da RDA. Diante disto, pode-se notar uma queda inicial da taxa de crescimento alemã.

Algumas características básicas que se alteraram após a reunificação: aumento do potencial econômico, da população e do território. Mesmo com os altos custos do processo de reunificação, houve um “impacto geopolítico bastante forte para a Alemanha (líder no

¹⁹ REUNIFICAÇÃO: Nova Alemanha chega a maioria. Revista Deutschland: Deutschland Online, 26 jul. 2004. Disponível em: <http://www.magazine-deutschland.de/pt/artikel-po/artigo/article/mauerfall-1989-berlin-tanz.html>. Acesso em 05 de maio de 2010.

²⁰ Parceria transatlântica: Tal cooperação é o pilar da segurança da Alemanha e da Europa. Vale ressaltar que uma relação estreita e de confiança com os EUA continua tendo um significado eminente para a segurança da Alemanha. A parceria transatlântica é, por sua vez, muito além de um simples pacto político e militar, pois estão baseadas nas raízes culturais comuns e expressam o aprofundamento existente nessa comunidade de valores e de interesses.

processo de integração europeia e inserção no Leste europeu)”, segundo Mendes e Pedroti (2009), sendo positivo e rentável em longo prazo.

As dimensões potenciais alemãs também foram alteradas: a reunificação aumentou o potencial econômico em 10%, a população aumentou 20% e o território teve um acréscimo de 30%.
(PFESTCH, 1997)

Tais modificações no *status quo* alemão fizeram com que se possibilitasse, ainda mais, um desenvolvimento econômico integrado da própria economia em si, aliado a uma maior oferta de fatores produtivos e de mão de obra qualificada, um investimento nas empresas e um incentivo aos sindicatos que tanto colaboraram positivamente para esse modelo capitalista.

Num primeiro momento somente tais fatores não fizeram com que a Alemanha se tornasse a superpotência que é hoje. Na análise de poder em suas três dimensões – econômico político e militar – a RFA aumentou consideravelmente suas *capabilities*²¹, mas não em nível de se tornar uma grande potência, segundo Pfetsch (1997). No âmbito econômico houve a injeção de recursos públicos com a finalidade desenvolvimentista concentrando-se nos novos territórios incorporados desde a reunificação.

O aperfeiçoamento do mercado interno e o esforço em prol da integração econômica e monetária da União Europeia constituem possibilidades cuja consecução é das mais importantes para o desenvolvimento econômico e a Alemanha continuará a privilegiá-las na formulação de seus objetivos e em seu processo decisório.
(PFESTCH, 1997, p. 179)

No âmbito político o sistema do modelo de democracia liberal e social não pode ser considerado tão eficiente como a sociedade civil presente na Alemanha antes da reunificação. A atuação de seu sistema político era feito em *low profile*, segundo Mendes e Pedroti (2009), “um gigante econômico, porém um anão político”. E, por fim, no âmbito militar permanece a rejeição frente às armas biológicas, químicas e atômicas, sua limitação das Forças Armadas e ausência de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

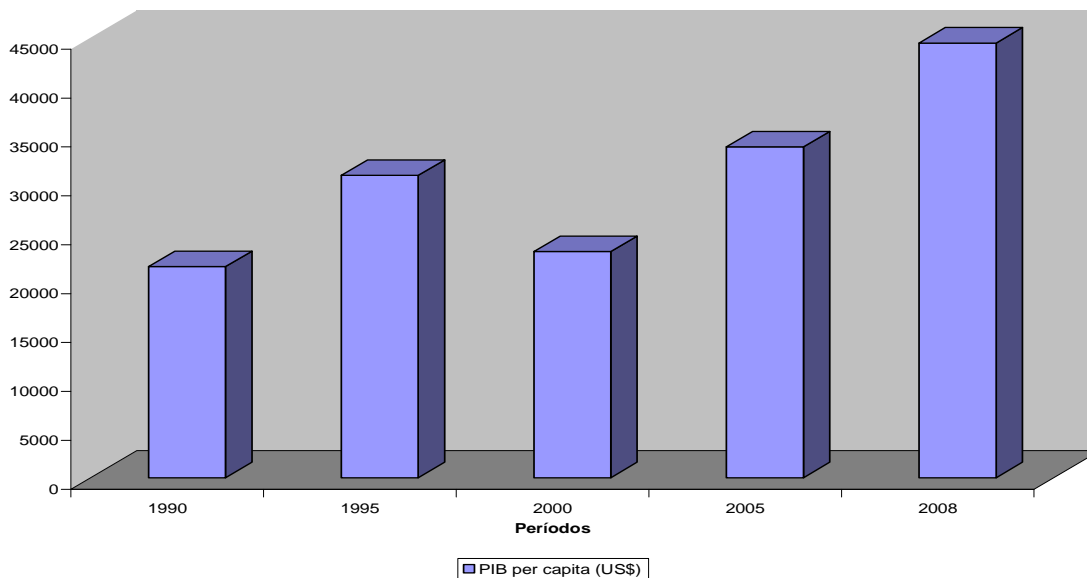
A Alemanha possui uma política de fomento na sua PEA, nas questões concernentes à estrutura da sociedade civil, reformas em casos necessários, implantação dos valores democráticos e dos direitos humanos e o combate ao terrorismo. Tais valores evidenciam a reestruturação social, política e econômica, pertencentes a teoria do desenvolvimento econômico, relevantes para Alemanha.

No gráfico 1 nota-se a evolução do PIB alemão desde o momento de sua reunificação demonstrando que a economia se desenvolveu em volume *per capita*, e, segundo Souza

²¹ *Capabilities* em sua tradução literal seria capacidade, no entanto, na dinâmica das Relações Internacionais é entendida como a capacidade real mais aquela projetada (vista pelos outros Estados) de um setor de certo Estado.

(2005, p. 7), uma “melhoria no nível de bem-estar das pessoas é apenas inferida pela elevação da renda *per capita*”.

Gráfico 2 - PIB per capita (US\$) da Alemanha após Reunificação



Fonte: Banco Mundial, 2010. Disponível em <<http://databank.worldbank.org>>. Acesso em 15 de jun. 2010.²²

3.1 O modelo de economia alemão e suas características fundamentais:

O modelo de organização alemão do pós-guerra, segundo Guimarães (2005), possui algumas particularidades institucionais que muito se diferenciam do modelo base do capitalismo liberal norte-americano, predominantemente regulado pelo mercado e por hierarquias. As relações econômicas do alemão possuem diversificadas formas de interação e são reguladas via *network*, isto é, por associações empresariais e sindicatos principalmente, em detrimento da regulação do modelo liberal.

O ponto que interessa aqui destacar relaciona-se à particularidade institucional da organização do capitalismo alemão, batizado por alguns autores de *capitalismo coordenado*, ou *capitalismo socialmente organizado* (Streeck, 1997; Soskice, 1999; Coates, 2000)²³ (GUIMARÃES, 2006, p.24)

²² É necessário dizer que as figuras e tabelas presentes no artigo foram feitas por livre criação da autora com base nos dados disponíveis nas fontes citadas em cada uma.

²³ Ver mais em: ²³ STREECK, Wolfgang. “German capitalism: does it exist? Can it survive?” In: CROUNCH, Colin e STREECK, Wolfgang (Ed.). **Political economy of modern capitalism**. London: Sage Publications, p. 33-54, 1997; SOSKICE, David. “Divergent production regimes: Coordinated and uncoordinated market economies in the 1980s and 1990s”. In: KITSCHOLT, Herbert; LANGE, Peter; MARKS, Gary e STEPHENS, John (Ed.). **Continuity and change in contemporary capitalism**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 101-134, 1999; COATES, David. *Op. cit.*

Um dos aspectos marcantes do capitalismo coordenado alemão é a forte participação dos trabalhadores, que “se dá tanto em nível nacional quanto em nível das empresas” (GUIMARÃES, 2005, p. 1), solidificada no arquétipo das relações industriais, ou seja, através de negociações coletivas conduzidas por meio de sindicatos fortes, o que favorece a melhoria na condição dos trabalhadores no que concerne aumento e reajuste de salários, assim como proteção ao emprego, conforme Guimarães (2006).

Tal proteção aos trabalhadores e seus empregos faz com que as empresas possam investir em treinamento e qualificação dos seus empregados, devido ao alto nível de retenção dos profissionais, segundo Guimarães (2006), aumentando, desta maneira, o capital intelectual de suas instituições, consolidando mais um diferencial da economia alemã.

De acordo com Guimarães (2006), ainda outro fator diferencial do “modelo alemão dos casos de capitalismo liberal” é que os trabalhadores sem qualificação e habilidades recebem treinamento adequado criando, assim, oportunidades de emprego, não ficando “condenados a empregos precários e a salários muito baixos”, como ocorre no sistema capitalista liberal. Essa preocupação com o trabalhador mostra as mudanças alcançadas por uma política focada no desenvolvimento econômico, que busca aumentar o crescimento na economia do país aliado à reestruturação social de seus trabalhadores. Como dito por Souza (2005), a melhoria nos níveis educacionais.

A tabela a seguir, mostra o desenvolvimento do IDH e da alfabetização na Alemanha. Tais dados são um retrato das melhorias nas condições de educação, de renda, na longevidade.

Tabela 2 – IDH e Alfabetização RFA após Reunificação					
<i>Índices / Período</i>	1990	1995	2000	2005	2007
IDH	0.896	0.919	N/A ²⁴	0.942	0.947
Índice de Educação	0.913	0.950	N/A	0.954	0.954

Fonte: United Nations Development Programme. **Human Development Reports**; HDI trends and indicators (1980-2007) S/L. 2010. Disponível em <<http://hdr.undp.org/en/statistics/data/>>. Acesso em 15 de jun. 2010.

As associações comerciais também desempenham um papel fundamental assegurando a qualidade do produto alemão de acordo com Guimarães (2005):

As associações empresariais cumprem a importante função de tornar a cooperação racional, driblando os dilemas da ação coletiva. Estimulam assim os empresários a trocar informações e engajar em práticas colaborativas com outras empresas, favorecendo projetos conjuntos de transferência de tecnologia e desenvolvimento do produto.
(GUIMARÃES, 2005, p. 2)

²⁴ N/A significa not available, isto é, dados não disponíveis na base de dados consultada.

Elas também estimulam as empresas, nas palavras de Guimarães (2005), a “colaborarem com o governo em projetos conjuntos de treinamento, pesquisa e desenvolvimento.” E deste modo as associações juntamente com os sindicatos desempenham um papel fundamental para o emprego de treinamentos e identificação das dificuldades e necessidades das empresas nacionais.

Nesse ponto, vale destacar a importância ímpar do sistema de treinamento para o modelo de capitalismo alemão. Inicialmente, destaca-se a parceria entre as empresas e as escolas, que já preparam os futuros trabalhadores com as habilidades que serão depois úteis às firmas (ESTEVEZ-ABE, IVERSEN E SOSKICE, 2001. P. 156-157 *apud* GUIMARÃES, 2006, p. 28).²⁵

Mesmo não intervencionista, “uma vez que incentiva associações e sindicatos a desempenharem funções quase públicas”, nas palavras de Guimarães (2006), o Estado da Alemanha desenvolve uma postura importante no modelo, já que através dele “tentou se preservar as conquistas sociais [...], através de ambiciosos programas em favor do investimento, da formação e da pesquisa-desenvolvimento”, segundo Costa (1999). O Estado atua de forma ativa, já que estrutura o funcionamento do modelo ditando como se dão as relações de transferência de tecnologia, “provimento da educação, na montagem de institutos de pesquisa e seus projetos” (GUIMARÃES, 2006, p. 30), inclusive incentivando políticas de Pesquisa e desenvolvimento (P&D)²⁶.

O desenvolvimento econômico de uma nação sempre passou pelo avanço do conhecimento e inovação. E cada vez mais essas variáveis assumem papel estratégico e insubstituível no progresso dos Estados. A simples existência dos fatores de produção, trabalhadores especializados, recursos naturais e capital não são suficientes. É necessário uma organização metodológica de produção e alocação para obter a maximização dos recursos, o que só é possível quando se juntam os fatores de produção ao conhecimento e à capacidade de utilizá-los de forma criativa e produtiva

Outro fator importante é o incentivo dado pelo Estado à política industrial “incentivando e protegendo as pequenas e médias empresas”, cita Guimarães (2006), favorecendo assim a participação desta no capitalismo alemão. Somado a isto, o Estado protege aquisições indesejadas graças à sua forte regulamentação.

²⁵ ESTEVEZ-ABE, Margarita; IVERSEN, Torben e SOSKICE, David. “Social protection and the formation of skills: A reinterpretation of the Welfare State”. In: HALL, Peter e SOSKICE, David (Ed.). **Varieties of capitalism – the institutional foundations of comparative advantage**. Oxford: Oxford University Press, p. 145-183, 2001.

²⁶ P&D: São todos os elementos tidos como essenciais para a elaboração de novos produtos, novos métodos de produção, políticas de fomento à pesquisa e desenvolvimento em instituições de ensino e pesquisa e empresas.

Pode-se traçar as principais características do Capitalismo Coordenado Alemão em comparação ao capitalismo liberal segundo Mendes e Pedroti (2009)²⁷:

Quadro 1:
Principais características comparativas entre o Capitalismo Coordenado e o Capitalismo Liberal

Capitalismo Coordenado	Capitalismo Liberal
Ambiente de cooperação entre as empresas: associações empresariais	Competição entre as empresas
Muita participação dos empregados nas decisões empresariais	Pouca participação dos empregados nas decisões empresariais
Leis trabalhistas mais rígidas	Leis trabalhistas menos rígidas
Fontes de financiamento estatais: associação Bancos e Estado	Fontes de financiamento flexíveis e com rápida resposta
Incentivos institucionais para empreendimentos incrementais: retorno em longo prazo, com menor risco	Incentivos institucionais para empreendimentos de inovação radical: retornos rápidos, com maior risco
Modelo paradigmático: Alemanha	Modelo paradigmático: Estados Unidos

Fonte: HALL; SOSKICE (2001) *apud* MENDES; PEDROTI. (2009, P. 7)^{28 29}

Analisando o quadro comparativo, entende-se que para o Capitalismo Coordenado a relação entre as empresas é algo realizado numa sólida rede de confiança tendo como prerrogativa a negociação entre as associações de empresas que colaboram entre si num ambiente de cooperação. Ao invés de se preocuparem pela competição de preços, investem na qualidade dos seus produtos com o intuito de aumentar o valor agregado dos mesmos de acordo com a especialização e desenvolvimento de insumos, difundindo a alta tecnologia dos produtos. A competitividade é alimentada pela busca da produção de produtos com maior tecnologia e valor agregado.

De acordo com Mendes e Pedroti (2009), no início da década de 1990, “três importantes eventos que desafiaram o modelo alemão de inserção internacional”:

1. Unificação,
2. Integração Regional e
3. Acirramento da competição internacional.

O primeiro se refere à re-unificação alemã e, a posterior, unificação europeia, na qual a Alemanha tinha assumido uma postura de liderança devido à sua importância econômica como “motor da economia” europeia.

²⁷ MENDES, Ricardo C., PEDROTI, Paula. A internacionalização da economia alemã: o papel das instituições e os desafios do século XXI. Brasília: IPEA, 2009.

²⁸ HALL, Peter, SOSKICE, David. *Op. Cit.* Os autores fazem uma abordagem teórica que analisa os diferentes “tipos” de capitalismo, a partir do papel das instituições socioeconômicas de cada país. Identificam dois tipos “paradigmáticos” de capitalismo: coordenado e liberal segundo Mendes e Pedroti (2009).

²⁹ É necessário dizer que as figuras e tabelas presentes no artigo forma feitas por livre criação da autora com base nos dados disponíveis nos site citado em cada um.

O segundo reflete o posicionamento alemão frente a uma nova política externa ativa, funcionando como veículo de promoção alemão mesmo com o desafio de alinhar sua política externa com a européia.

Em terceiro, a competição surgida em outros atores internacionais era oriunda da redução de preços de produção num mesmo patamar de valor agregado de produtos.

Iniciam-se movimentos de reforma político-econômica, com foco em pequenas e médias empresas, a uma luz desenvolvimentista econômica na Alemanha, buscando a competitividade, de acordo com Mendes e Pedroti (2009):

- Vertical: Suporte nacional às indústrias (subsídios, proteção a mercados, programas setoriais, etc.);
- Horizontal: Melhoria do ambiente de negócios (redução de impostos e burocracia, abertura de mercados, infra-estrutura, educação, etc.).

Existe um forte apoio à atividade internacional de suas empresas através de uma promoção comercial; “financiamentos e outros instrumentos financeiros, doações a PED e liderança na UE precisam se enquadrar nas regras da OCDE”. (MENDES e PEDROTI, 2009, p. 21).

Perante o soerguimento chinês nas exportações, a Alemanha encontra-se num momento delicado devido à inserção destes produtos em seu mercado próprio - e de seus clientes. São encontradas dificuldades por parte dos alemães na criação de barreiras tarifárias, uma vez que sua política comercial é atrelada à UE. Devido a isto, ocorre, segundo Mendes e Pedroti (2009), “Crescimento de investimentos alemães na China (fabricação para exportação)”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os patamares alcançados pela Alemanha nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial trazem implicações relevantes para a economia interna e exterior. A dinâmica capitalista alemã se mostra diligente, competitiva frente a outros mercados e, internamente, ao tratar da manutenção dos benefícios dos trabalhadores, amplia o *Welfare State* e proporciona uma distribuição de renda mais justa. Aliado a isto o sistema de sindicatos fortes e de *networks* se mostrou como algo extremamente colaborativo para um bom desempenho econômico.

Devido a mudanças geopolíticas e estruturais mundiais, desde os anos 90, com a reunificação e inclusive com a mudança do *status quo* alemão, o novo sistema internacional vem se estruturando com uma composição mais descentralizada e focada na cooperação internacional e regional.

As coligações das décadas passadas mudaram e um novo equilíbrio de interesses, exigências e mudança de pesos desafiará também a capacidade de unidade europeia frente a outros mercados, concorrência cada vez mais acirrada e de estabilidade econômica. Isso exigirá uma política efetiva desenvolvimentista e de cooperação com outros países da UE.

O palco europeu não é um lugar para insignificâncias, uma vez que aspectos como o bem-estar social e a segurança, setores fundamentais e elementares de função estatal, seriam hoje impossíveis de se manter sem a UE. E é por isso que o processo integratório é algo tão inerente e fundamental na União Europeia.

Além da conjuntura internacional, existem também pressões internas para que seja reestruturado seu modelo econômico. Algumas mudanças têm sido feitas para enfrentar o novo cenário mundial. Mas vale ressaltar que o ideal para os alemães seria uma mudança com preservação das instituições sociais e de participação dos trabalhadores.

O Estado alemão possui mecanismos fortes de apoios empresariais e um grande desafio será aumentar sua exportação com medidas que não sejam contrárias ao rígido controle do mercado europeu, já que, por ser forte dependente das exportações, foi um dos mais afetados pela crise internacional.

É primordial a flexibilização de partes do modelo melhorando o sistema tecnológico e científico fundamentais para a expansão do capitalismo coordenado, preservando sua capacidade organizacional soerguida ao longo de anos. Outro ponto interessante é que tais mudanças também poderiam fortalecer a capacidade inovadora das instituições alemãs já que é algo que se requisita no mundo atual. No entanto, não se elimina a necessidade urgente de se responder aos desafios crescentes e de melhoria no desempenho econômico do modelo.

Diante do exposto, podemos observar a liderança da Alemanha em todo o processo de integração dos estados europeus desde os primórdios da Guerra fria quando desempenhava ainda um “duplo papel”, segundo Mendes e Pedroti (2009), com o dever de expansão econômica e como um instrumento de ação internacional (representante do capitalismo). Nos anos 90, “mesmo com comprometimento das finanças públicas para a absorção da Alemanha Oriental, a Alemanha continuou sendo a principal financiadora do orçamento da União Europeia”, nas palavras de Mendes e Pedroti (2009), sendo financiadora com 20% do orçamento da UE em 2007.

Dentro da Alemanha parece haver consenso político na confiança em seu Capitalismo Coordenado focado nas exportações e, acredita-se que haja pouca probabilidade de mudanças fortes como, por exemplo, no que diz respeito às regras fiscais para fomentar o consumo interno através de mais incentivos fiscais; e as instituições deverão corroborar com essa estratégia.

A crise econômica de 2008, mostrando a tendência de um mundo multipolar, vai exigir da RFA um posicionamento mais efetivo diante de seu passado histórico, de uma pátria que cresce e torna-se um dos expoentes do sistema Capitalista a partir do seu próprio modelo econômico, mas infelizmente dependente de uma disposição política internacional que se desmantela a olhos vistos.

As perspectivas diante da crise que assola o mundo não são as mais favoráveis. Espera-se que a UE tenha queda de 5,4% do PIB neste ano ao mesmo tempo em que a Alemanha projeta queda de 6%. Num total, suas exportações devem cair 19% e com isto haverá contração do PIB. Foram lançados dois pacotes de estímulos que aumentarão o *déficit* orçamentário segundo Mendes e Pedroti (2009).

Frente a crise financeira atual da UE, a Alemanha assume um papel de responsabilidade para coordenação da retomada de um novo crescimento que custará caro aos cofres alemães, assim como de outros estados-membros.

Planos nacionais de austeridade orçamentária devem ser um dos fatores principais para retomada do crescimento econômico europeu através de medidas como diminuição de salários, aumento de impostos, aumento na idade da aposentadoria, entre outras.

Continuar um capitalismo coordenado frente a uma crise que desequilibra as estruturas básicas para o seu funcionamento será desafiador, uma vez que não poderá reduzir seus gastos e nem abalar a corrente de "boa relação" entre sindicatos de trabalhadores e empresas. O Estado deverá ser, mais uma vez, forte e sábio para entender até que ponto os cortes devem ser feitos para não prejudicar o bom andamento da economia coordenada numa mesma base capitalista, porém diferenciada do modelo liberal norte-americano que enfrentou problemas e apresentou falhas na crise mundial de 2008.

O desafio da RFA é gigante, podendo até afetar alguns pilares de sua economia. Contudo, a Alemanha, como já mostrou outras vezes, é suficientemente capaz, nos âmbitos estrutural, econômico e institucional, para superar mais essa crise. A abordagem de seu capitalismo realizada ao longo de sua história, através do desafio de uma reunificação política, econômica e social, aliada a um modelo de cooperação e integração entre governo, instituições sociais, empresas e trabalhadores são o diferencial que reestruturaram a economia

alemã e que podem continuar a mantendo forte diante de uma grave crise mundial e regional na UE.

ABSTRACT

The article aims to illustrate the trajectory of economic development since the German reunification until now, showing how was the overcome Germany's economic. It will be traced the historical and economic contours of this trajectory, with the prerogative of the German model of coordinated capitalism that enabled the social and economic restructuring of Germany. Since the postwar period with the assistance of the United States, then by adopting the German Ordoliberalism later with the social market economy and, finally, the Coordinated Capitalism, the German state laid the foundation for a reunification based in the exemplary equalization of levels of social, economic, industrial development, and collaboration between businesses, workers and unions. And collaborating with the regional integration of their region, as it is favored economically. The research will demonstrate why Germany is the great power in the EU and the world today.

Key-words: Germany, Germany Reunification, Germany Economic Development

5. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, P. **Um outro mundo possível:** Alternativas históricas da Alemanha, antes e depois do muro de Berlim. Revista Espaço Acadêmico, Brasil, 9 out. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/8586/4777>>. Acesso em: 01 jun. 2010.

BANCO MUNDIAL, 2010. Disponível em <<http://databank.worldbank.org>>. Acesso em 15 de jun. 2010. Banco de dados.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999. In: _____ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Alemanha:** visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000. p. 117-218.

COSTA, C. G. **O modelo alemão e a “economia social de mercado” num contexto de globalização.** Informação Internacional, Lisboa, 1999.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. **O capitalismo coordenado alemão:** do boom do pós-guerra à Agenda 2010. *Lua Nova* [online]. 2006

_____. Alemanha em debate: O capitalismo socialmente coordenado e os desafios recentes. **Conjuntura Internacional:** Cenários PUC MINAS. Belo Horizonte. Set. 2005. p. 1-7.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Alemanha: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUDT, Tony. Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva. 2007 *apud* RAIMUNDO, Licio da Costa. **Alemanha: mitos, fatos e desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2009. Disponível em <http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1413.pdf> Acesso em 10 de abr. de 2010.

LOHBAUER, Christian. Os desafios da Política Externa Alemã Contemporânea. In: _____ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Alemanha: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000. p. 301-322.

MENDES, Ricardo C., PEDROTI, Paula. **A internacionalização da economia alemã: o papel das instituições e os desafios do século XXI**. Brasília: IPEA, 2009. Palestra ministrada no Seminário VIII Trajetórias de Desenvolvimento: África do Sul, Alemanha, Argentina, China, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Índia, México e Rússia. Realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 25 jun. 2009. Palestra. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/Trajetorias8-Aleman.pdf> >. Acesso em 14 de jun. 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO, SEÇÃO K 03. **Perfil da Alemanha**. Berlim: Societats-Verlag, 2005. p. 184.

OLIVEIRA, Amaury Banhos Porto de. A Questão Alemã Desgasta A Pax Americana. In: _____ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Alemanha: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000. p. 11-116.

Organização Mundial do Comércio, 2010. Disponível em <<http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBViewData.aspx?Language=E>>. Acesso em 17 jun. 2010. Base de dados.

PAULA, João Antonio de, CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama and ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e **Nações e estilos de economia política**. *Rev. Econ. Polit.*, Set 2007, vol.27, no.3, p.357-374.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Transição do Pós-Guerra Fria**. S/D. Disponível em: <http://www.unibero.edu.br/download/revistaeletronica/Mar04_Artigos/Cristina%20Pecequilo.pdf>. Acessado no dia 14 de nov. de 2009.

PFETSCH, Frank R.. **A Política Externa da Alemanha após a reunificação**. *Rev. bras. polít. int.* 1997, vol.40, n.1, p. 178-192.

RAIMUNDO, Licio da Costa. **Alemanha: mitos, fatos e desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2009. Disponível em <http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1413.pdf> Acesso em 10 de abr. de 2010.

RAMOS, Leonardo César Souza. **Sistema Bretton Woods (1944-1976)**. Belo Horizonte: Uni-BH, 2009. 4 p. Anotações sobre aula sobre sistema monetário internacional. Notas de aula.

REUNIFICAÇÃO: Nova Alemanha chega a maioria. Revista Deutschland: Deutschland Online, 26 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.magazine-deutschland.de/pt/artikel-po/artigo/article/mauerfall-1989-berlin-tanzt.html>>. Acesso em 05 de maio de 2010.

SANTOS, Theotônio dos. A Política Econômica Externa da Alemanha (1945 a 1989 e 1989 até hoje). In: _____ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Alemanha: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000. p. 219-300

SOUZA, Nali de Jesus. “Desenvolvimento de outros países: França, Alemanha, Itália, Portugal, Canadá E Austrália”, **Desenvolvimento Econômico**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005. Disponível em: <http://www.nalijosouza.web.br.com/des_outr_paises_ricos.pdf>. Acesso em 17 de mar. de 2009.

_____. _____. 5ª ed. Rev. São Paulo: Atlas. 2005. p. 1-27.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Reports: HDI trends and indicators (1980-2007)** S/L. 2010. Disponível em <<http://hdr.undp.org/en/statistics/data/>>. Acesso em 15 de jun. 2010.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). 2009. Banco de dados

VAÏSSE, Maurice. **As Relações Internacionais desde 1945**. 2. Ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

ZONA do Euro já está em recessão e deve ficar até 2009, diz Comissão Européia. **Folha de São Paulo**: Folha Online, São Paulo. 03 nov. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u463344.shtml>>. Acesso em 04 de maio de 2010.